

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 08 dias do mês de fevereiro de 2021, às 18 horas e 20 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Cecconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda e do Controlador Interno, Brunno Henrique Sibin, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

- 1) Aprovação das Atas das reuniões extraordinária e ordinária do Conselho Administrativo, realizadas em 18/01/2021 e 25/01/2021, respectivamente;
- 2) Apresentação dos Relatórios Gerenciais Bimestrais, referentes do quinto e sexto bimestres de 2020;
- 3) Ratificação anual sobre a aprovação da cota de custeio para despesas diversas e de pequena monta;
- 4) Informações sobre a auditoria para a certificação no Nível II do Programa Pró-Gestão;
- 5) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas vindas a todos presentes e anunciou as pautas da reunião.

**Item 01.** Sandra coloca em deliberação a aprovação das atas das reuniões do Conselho Administrativo sendo a extraordinária realizada em 18/01/2021 e a ordinária realizada em 25/01/2021, que já haviam sido enviadas previamente para a apreciação e possíveis correções dos conselheiros por e-mail e WhatsApp. Todos os conselheiros aprovaram as atas sem nenhuma ressalva.

**Item 02.** Apresentação do Relatório Gerencial do quinto e sexto bimestre de 2020. O controlador interno Brunno conduziu a apresentação. Toda a documentação pertinente e detalhada envolvendo o assunto foi enviado para os conselheiros previamente.

### 1. Despesas

- a. Folha de Pagamento dos Aposentados: No período analisado, observa-se uma tendência constante nos valores, com maior valor em outubro que refere-se ao pagamento da segunda parcela do 13º salário. As aposentadorias subiram gradativamente, com tendência linear. Encerrado o ano de 2020 com 1269 aposentados na folha de pagamento, sendo 163 nesse ano, seguindo uma média de 13 aposentadorias por mês.
- b. Da mesma forma segue o pagamento dos pensionistas, com o pagamento da segunda parcela do 13º salário no mês de outubro, havendo uma variação no mês de dezembro explicado pelo aumento de 112 para 116 pensionistas.
- c. A folha de pagamento dos conselheiros também segue sem muitas variações, valor constante até outubro, com um aumento em novembro devido a inclusão de mais uma conselheira.
- d. A folha de pagamento dos servidores ativos do Pauliprev segue da mesma forma, com maior valor em outubro devido ao pagamento da segunda parcela do 13º salário e com uma variação entre novembro e dezembro que se justifica pelo pagamento do abono de natal.
- e. Custo administrativo com uma média mais baixa no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019, uma redução de cerca de R\$ 600.000,00 . No mês de outubro o custo foi maior justamente pelo pagamento da segunda parcela do 13º salário.

### 2. Receitas

- a. Repasses de Contribuições Previdenciárias: ainda que o relatório se refira aos 4 últimos meses do ano de 2020, na apresentação o controlador observa que de janeiro e julho manteve-se a mesma média. No mês de agosto, com o implemento da alíquota previdenciária de 14%, houve um impacto positivo nas receitas do Instituto, tanto por conta das contribuições dos segurados como também por conta da contribuição patronal, o que se observou nos meses de setembro, outubro e novembro. Em dezembro, o aumento foi ainda maior por conta das contribuições referentes ao 13º salário que, sendo pago em duas vezes, a contribuição é feita apenas na segunda parcela.
- b. Receitas não recorrentes: Compensação previdenciária e parcelamento de débitos patronais, estavam sendo mantidas médias constantes de valores até o mês de julho, quando se encerrou o acordo 530/2015 do parcelamento patronal. A partir de setembro o Instituto passou a receber dois novos acordos de parcelamentos, referentes a débitos de 2014 a 2016, como também o ressarcimento do auxílio doença pago, referente aos meses de novembro de 2019 a março de 2020, em observância a Emenda Constitucional 103/2019 que passou a responsabilizar o ente pelo pagamento deste benefício. O controlador destacou que no mês de novembro há uma variação que se justifica pelo pagamento realizado duplamente ao Comprev, referente ao 13º.

### 3. Saldo Financeiro

- a. Relação entre receitas e despesas: O controlador destacou o leve déficit ocorrido nos meses de julho e outubro explicados pelo pagamento da primeira

e da segunda parcela do 13º salário respectivamente, informando que as receitas referentes as essas contribuições foram repassadas no mês de dezembro. Em agosto e setembro o fluxo de receita é um reflexo do pagamento retroativo das contribuições previdenciárias associadas ao pagamento do reajuste dos servidores municipais e de receita de remunerações dos títulos públicos. Somando as receitas recebidas e as despesas executadas, houve um superávit na ordem de R\$ 40 mi.

#### 4. Investimentos

- a. Fundos Líquidos: Percebe-se uma queda do valor no mês de março devido a pandemia e as oscilações do mercado financeiro, seguindo se recuperando gradativamente no decorrer do ano. Nos meses de setembro e outubro manteve-se estagnado e em novembro e dezembro houve uma forte recuperação, fechando dezembro de 2020 em melhor situação se comparado com dezembro de 2019, ainda que com o cenário de pandemia no ano de 2020.
- b. Fundos Ilíquidos: Com tendência de queda, justificada parte pelas recuperações de fundos, parte por PDD's associados aos fundos estressados e a outra parte por desvalorização normal do mercado. Em 2020 houve desempenho de -1,4% na carteira, no entanto, observa o controlador que, considerando a recuperação de recursos e a situação de liquidez melhor em dezembro de 2020 comparado a dezembro de 2019, o cenário ainda resulta em positivo.
- c. Enquadramento de valores: o que vinha sendo observados nos outros meses se manteve. A principal participação do Instituto está em fundos que investem 100% em títulos públicos, além de fundos de ações, Tesouro Nacional e fundos de renda fixa.
- d. Aplicações e Resgates somente em janeiro houve movimento de investimentos; todo o restante do ano ocorreram aplicações relacionadas aos repasses previdenciários e resgates associados ao pagamento de aposentadorias, pensões, benefícios e fornecedores.

#### 5. Previdências e Perícias

- a. Protocolos: Ocorreu uma queda no início da pandemia que, gradativamente, passaram a ser retomados. O assunto certidão foi o maior volume de protocolos. O controlador Brunno informa que esse ano de 2021 ele iniciou um novo controle e nos próximos relatórios serão apresentados novos dados que, resumidamente, pormenorizam cada uma das demandas já existentes e o tempo médio de atendimento de cada uma delas.
- b. Atendimentos: O principal tipo de atendimento no Instituto é o telefônico, seguido do atendimento presencial. Houve um pico, em junho, de solicitação de cópia de documentos. Mantendo uma média constante até novembro e em dezembro uma queda por conta da redução de atendimentos devido ao recesso.
- c. Benefícios - deferimentos e indeferimentos: o principal benefício deferido é a aposentadoria pela regra da média aritmética e o principal causa de

- indeferimento é por abono de permanência e/ou por não cumprimento de algum requisito, como tempo ou idade.
- d. Aposentadorias e pensões concedidas: a maior parte das aposentadorias concedidas são por tempo de contribuição, seguindo uma média de 12/13 aposentadoria por mês. Houve um aumento em setembro e novembro, que, possivelmente, devido a pandemia possam terem sido postergadas as aberturas de processos em meses anteriores e se concentraram nesses meses finais.
  - e. Auxílio doença: a partir do segundo semestre, a maior causa do benefício se deu por problemas psiquiátricos, seguidos por problemas ortopédicos. Tendência de redução nos meses finais do ano. Os dados analisados por secretarias, se concentram a maior parte na Secretaria da Saúde e esses dados podem ser justificados pela pandemia, servidores linha de frente mais suscetíveis aos riscos relacionados a COVID-19.
  - f. Compras diretas: Observa-se um aumento nos meses de outubro e novembro explicados por questões pontuais. Em outubro houve um aumento em compra de material permanente, associado a compra de armários para arquivo de processos de aposentadorias, totalizando R\$ 6.000,00. Em dezembro houve compra de materiais de escritório, especificamente, sulfite para a demanda de 2021 e a compra de licença de software para os servidores utilizarem o pacote Office para as atividades usuais, totalizando cerca de R\$ 7.000,00. Nos demais meses, manteve-se uma média de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 reais.
  - g. Contratos Fixos: 75% dos contratos estão concentrados em 5 fornecedores: aluguel do imóvel, locação de computadores, sistema contábil, sistema de folha de pagamento e locação de impressoras. Manteve-se uma tendência na ordem de R\$ 40 mil reais ao mês, explicado pelo encerramento do contrato de consultoria financeira.
  - h. Contratos variáveis: com uma média de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 por mês. Setembro, outubro e novembro com uma tendência parecida, mês de dezembro com uma variação identificada com gastos de energia elétrica que foi justificada pelo pagamento antecipado da despesa de janeiro de 2021., devido ao recesso.
  - i. Despesa com fornecedores: com média de R\$ 50 mil reais/mês, considerando contrato fixo, compra direta e contrato variável.

Ao término da apresentação ainda foram esclarecidas algumas dúvidas dos conselheiros. Foi dada a palavra a conselheira Nara que elogiou a apresentação dos dados pelo controlador Bruno; ficou com dúvidas sobre as despesas relacionadas a folha de pagamento dos servidores ativos, uma das dúvidas seria sobre o termo "vencimentos" o que compõe o vencimento e a outra dúvida seria sobre as variações entre os meses de agosto e setembro, a causa dessas variações dizem respeito a inclusão ou não de horas extras. Ainda, sobre os valores referentes a receitas de contribuições previdenciárias, como seria o cálculo. Sugeriu que fosse explanado mais objetivamente a causa das aposentadorias consideradas irregulares e as regulares se houvesse a possibilidade. Solicitou uma explicação da variação entre julho e outubro das obrigações patronais intraorçamentárias que pularam de 26,82 para 54,82. Bruno esclareceu: que o Instituto não pagou horas extras no decorrer de 2020.

Se houve, pode ter ocorrido em janeiro, algo residual e que pelo volume, nem caberia no gráfico; com relação aos vencimentos, ele é composto por salário base e abono; as oscilações se explicam pelas verbas de férias e 1/3 de férias sobre os valores de vencimentos; sobre as contribuições patronais, elas são devidas aos servidores ativos do Pauliprev, da Câmara e da Prefeitura, como aos servidores cedidos a Prefeitura de Mauá e ao Senado. Os repasses costumam ser regulares, com exceção a Prefeitura de Mauá que faz o repasse periodicamente, sendo uma das muitas variáveis que interferem diretamente na variação da contribuição patronal; sobre os processos de aposentadorias irregulares, existe uma tabela que poderá ser incluída nos próximos relatórios, nele são inseridas as informações dos processos que estão em andamento de análise pelo Tribunal e os motivos dos casos de processos irregulares e dos regulares que deixaram de ser irregulares; sobre a verba de obrigações patronais intraorçamentárias são as despesas do Pauliprev com os servidores ativos e a variação se dá pelo pagamento da segunda parcela do 13º salário que, no mês de outubro, aconteceu juntamente com as obrigações normais sobre os vencimentos desse mês dos servidores. Foi dada a palavra para a conselheira Eliete que questiona se as compras diretas, com materiais para escritório, não poderiam ocorrer em grande volume para a barateamento de custo, inclusive para materiais de limpeza, como ocorreu na aquisição no final de 2020. Pergunta o que seriam os termos “adiantamento de consumo” e “adiantamento de serviço”. Disse que está com dúvidas em algumas escritas que não batem, mas que mandaria um e-mail para o controlador posteriormente. Também pergunta o que seriam os termos “outras aposentadorias” e “outras aposentadorias especiais”. Sobre os processos irregulares, no relatório consta que 86 aguardam o juiz, 192 arquivo no TCE e o que acontece com os outros 29 que restam? Sobre a sentença judicial nas despesas, questiona se, como os Procuradores que recebem um percentual quando o Instituto ganha uma causa, o Pauliprev também receberia algum ganho financeiro? O controlador explica que as compras diretas acontecem conforme planejamento interno e, na maioria dos casos, a compra direta acaba sendo mais eficaz. Sobre os adiantamentos, eles são para despesas do Instituto consideradas de pronto pagamento; esse valor é sacado para esse tipo de despesas, terá a prestação de contas e, havendo, no final do período, algum saldo ele será devolvido aos cofres do Pauliprev. Os adiantamentos são classificados como “adiantamento de consumo” e “adiantamento de serviço” por força da lei municipal 3271/2012. Sobre as aposentadorias, o controlador explica como as informações são compiladas. Sobre a sentença judicial, quando o Pauliprev ganha a causa, não recebe nenhum ganho adicional, na verdade, deixa de ter uma despesa. Em situação contrária, tem que remunerar o servidor que ganha a causa na justiça e sobre o controle de processos do TCE, o controlador explica que irá se informar sobre essa dúvida. Sobre as aposentadorias especiais, é gerado um relatório no sistema da FAC que traz os critérios do próprio sistema, mas para pontuar ele precisa levantar as informações para uma resposta assertiva. Sandra toma a palavra e pergunta como está o envio das informações de compensações previdenciárias, considerando não estar havendo compensações nos últimos meses. Também, no setor de perícias, como está a questão dos afastamentos por mais de 2 anos, havia sido iniciado um trabalho a respeito disso pelo setor de perícias, se está acontecendo a cargo do Instituto ou se está a cargo a Prefeitura. Sobre a compra dos armários, com o início do serviço de digitalização dos processos, haveria ainda o arquivo físico? Elogia o trabalho de protocolo que está sendo realizado pelo controlador Bruno e se coloca a disposição para o auxílio para essa demanda. Bruno explica que sobre o Comprev, o contrato com a empresa FIPE foi encerrado e desde março o trabalho está sendo

aprendido e realizado por um servidor do Instituto e, no ano de 2020, já foram enviados alguns processos para análise do INSS, no entanto, esse órgão está com uma certa lentidão para essa demanda. Brunno explica as frentes de análise do procedimento para a compensação previdenciária, sendo elas: o aprendizado, o envio das documentações e o entendimento dos processos já enviados e recusados que necessitam serem enviados novamente e, ou serem corrigidos. O controlador Brunno cogitou trazer uma apresentação sobre o Comprev. Sobre os processos físicos, explica que ainda que esteja ocorrendo o processo de digitalização, para o descarte de qualquer documento é necessária uma legislação, um ato normativo que dê uma temporalidade para a guarda de cada documento. Num primeiro momento a ideia é a digitalização e num segundo momento, daqui alguns anos, o Instituto ter condições de descartar o que for possível. Especificamente, os processos de aposentadoria, ele acredita que demandarão um maior tempo de guarda por parte deles estarem em processo de análise pelo TCE e que ainda são passíveis de recursos, até chegar no trânsito em julgado. Sobre o serviço de protocolo, a ideia é usar a informação de assunto e de prazo para analisar o tempo entre o prazo inicial e final, com a possibilidade de melhorar o atendimento e o prazo. A palavra é dada ao conselheiro Idu que questiona a alíquota da contribuição patronal após o reajuste de 14% e, questiona sobre o afastamento de servidores por mais de 2 anos. O controlador explica que era de 11% até o mês de julho de 2020 e, a contar de agosto, passou para 14%. Explica que até 2019 a alíquota era crescente e era composta pela patronal, em 11% e pela suplementar, em 10%. Com a lei do aporte, Lei 3738/19, no ano de 2020, a Prefeitura passou a pagar um valor fixo de aporte, que inclusive esse ano já foi reajustado. A própria lei traz uma tabela de valores a serem pagos no decorrer de cada ano, valores esses que serão atualizados pelo índice do IPCA + 6% da meta atuarial anualmente. Idu pergunta se a Prefeitura, agora, repassa os mesmo 14% das contribuições que ela cobra dos servidores mais o valor de aporte. Brunno confirma que sim. Foi dada a palavra para o conselheiro Fábio que comenta sobre o Comprev e toda a dificuldade que está havendo com a compensação previdenciária. Foi dada a palavra para a conselheira Sirlene que pede para esclarecer a questão de servidor cedido a Prefeitura de Mauá, Sandra esclareceu essa questão. Encerrada a apresentação e dúvidas, foi passada a palavra para o Diretor Presidente, André, para o esclarecimento da situação das perícias médicas. Ele explica que quando assumiu o cargo no Instituto, o departamento de perícias, liderado pelo conselheiro Paulo que pra lá era cedido, já desencadeava o projeto com o intuito de redução dos afastamentos por um longo período, como o absenteísmo dos servidores junto a Prefeitura, projeto esse que continua em atuação até hoje. Informa que hoje o Instituto tem apenas um caso de afastamento por longo período, é um caso complicado que está em tratamento junto a Prefeitura e que tem em andamento um processo administrativo por responsabilidade da própria municipalidade; após o encerramento, volta ao Instituto para a conclusão. Os demais casos foram, todos eles, tratados com encaminhamento e parecer para aposentadoria por invalidez. No entanto, esse tipo de aposentaria requer uma documentação pertinente a essa regra e o caso trazido pelo conselheiro Idu é uma situação já tratada pericialmente, mas que no âmbito jurídico-administrativo, a concessão está pendente pela falta da CTC emitida pelo INSS e esse processo de emissão demora muito, por ineficiência do Regime Geral, ainda que com o envio de ofícios ao INSS. Conta duas situações enfrentadas no ano passado que, ao serem analisadas, uma seria de servidor Celetista e a outra era período intercalado de afastamento que revezava entre afastamento administrativo, licença sem vencimentos e afastamento médico. Informa que, embora haja um convênio da perícia entre

Idu  
Fáb  
S  
D  
S  
S  
S

o Instituto e a Prefeitura, o controle dos afastamentos é e está sendo feito pela municipalidade, onde todos os encaminhamentos dependem do DIMOP da Prefeitura por questão de aspectos técnicos e legais. Toda a análise pericial e jurídica permanece sendo feitas pelo Instituto. Sobre o processo de Compensação Previdenciária, o Diretor Presidente complementa que, em 2020, iniciou o processo de compensação previdenciária própria no Instituto e há um estoque aproximado de 50 processos pendentes de análise. Desses, 46 são processos oriundos da FIPE. Diz que, como o conselheiro Fábio lembrou sobre o novo Compreprev, a demora para a compensação desses processos não é uma característica apenas daqui de Paulínia e tem ocorrido com todos os RPPS's. Dificuldade justificada pelas medidas do Governo Federal no âmbito da previdência e o modo dos trâmites de repasse realizado pelo INSS e prevê, ainda, um certo atraso na regulamentação e regularização desses processos. Diz que os servidores responsáveis pela compensação estão em constante contato com a Secretaria de Previdência cobrando os retornos solicitados no ano passado, como o caso que a FIPE tentou compensação que não foi possível, foi indeferida e voltou para regularização por algum motivo. Para melhor entendimento, diz que os processos indeferidos no sistema operacional do Compreprev até dezembro de 2020, hoje não conseguem serem lançados no sistema a partir de janeiro de 2021; o que não permite o relançamento desses processos após serem corrigidos. Sobre a alíquota patronal, lembra que quando houve a alteração da legislação, o intuito era desonerar a folha de pagamento ante os índices da lei de responsabilidade fiscal e explica que a forma como ocorria a contribuição suplementar realizada pela Prefeitura impactava nos índices da lei de responsabilidade fiscal. A palavra é passada ao conselheiro Paulo que acrescenta que, sobre as perícias, a lei fala que o encaminhamento para a avaliação para aposentadoria por junta médica deve ocorrer após 2 anos consecutivos de afastamento, há a necessidade de serem consecutivos. Outro ponto é a reavaliação da aposentadoria por invalidez, que de acordo com a lei, também deveria ocorrer após 2 anos, gostaria de saber se foi levado adiante e explica a importância e como se dá o processo em cada fase, antes e após a aposentadoria por invalidez com as alterações trazidas pela EC 103/2019. André explica a complexidade da reavaliação das aposentadorias e como foi comprometido durante o período de pandemia, mas é um trabalho que está ocorrendo. Sobre a EC 103/2019, informa que não houve alteração na legislação local e comenta a necessidade de disciplinamento na legislação local sobre uma série de aspectos, como as preocupações diante as possíveis reformas em âmbito nacional.

**Item 03.** Antes de entrar no item 3, Sandra fala sobre o tempo de reunião e a possibilidade de o item 4 ficar para a próxima reunião, devido ao horário, com a aprovação dos demais conselheiros. Anuncia o item 3 - Ratificação anual sobre a aprovação da cota de custeio para despesas diversas e de pequena monta - e passa a palavra para o André que explica que esse item já foi abordado anteriormente e, na época, foi autorizada uma cota no valor de R\$ 8.000,00/mês. Aproveita para complementar que, sobre a dúvida da conselheira Eliete, a respeito das compras diretas, diz que as compras são realizadas anualmente; fugindo a regra são as excepcionalidades, e, ao analisar uma compra anual é considerada a capacidade de estocagem e o vencimento dos produtos o que traz, às vezes, uma volatilidade maior. Por esse motivo, às vezes, podem haver itens com a mesma classificação orçamentária comprados em momentos diferentes. E, muitos desses produtos

comprados, são adquiridos dentro dessa margem da cota. Explica os lançamentos dos valores da cota no regime de caixa e competência para a análise no relatório gerencial, como a importância dessa ratificação de valor por parte do Conselho Administrativo como deliberativo e para o balizamento das ações do Conselho Fiscal em sua atuação. Sandra pergunta se essa cota será mantida no valor de R\$ 8.000,00 ou se será solicitado valor maior, considerando o aumento dos produtos no decorrer do último ano. André diz que um valor entre R\$ 8.000,00 e R\$ 10.000,00 seria o justo e adequado. Pondera que o limite para Dispensa de Licitação é R\$ 17.600,00, mas considera que a aprovação de um valor maior que o valor solicitado seria desnecessário e perigoso, considerando a velocidade com a qual a Administração Pública muda, prefere tratar com parcimônia, com responsabilidade e segurança as coisas do Instituto. Deixa a critério da discussão e deliberação do conselho. Sandra solicita a manifestação dos conselheiros: todos, sem exceção, concordam e aprovam a atualização valor da cota em R\$ 10.000,00/mês.

**Item 04.** Sandra lembra que ainda restam 2 minutos para o encerramento da reunião, mas solicita que o item 04 seja passado por se tratar de uma informação importante e, se houver necessidade de discussão, dúvidas e esclarecimentos, esse item voltará a ser pautado. É dada a palavra para o André que explana os procedimentos que aconteceram para certificação do nível 2 de Pró Gestão do Instituto. Comenta o objetivo de Instituto obter o nível 4 de certificação e todos os passos a serem trilhados, como adequações, inclusive legais, para a obtenção desse nível que, hoje, só é obtido por 2 RPPS's no Brasil: Manaus e Jundiaí. Ressalta que será um trabalho de todos. Com a boa governança, transparência e responsabilidade com os quais os Conselhos, a Diretoria Executiva junto com os principais entes responsáveis, que são os servidores, tem obtido resultado e, no espaço de 2 anos, foi conseguido 2 níveis de certificação no ISO dos RPPS's; algo inimaginável há alguns anos. Sandra, em nome dos conselheiros, parabeniza todos pelo empenho, dedicação e comprometimento.

O **item 05** – Assuntos Gerais - fica para a próxima reunião.

Sandra solicita a atenção do conselho para continuarem discutindo a questão do JETON, e, estando de acordo com a conselheira Eliete, concorda que será necessário o encaminhamento de 2 propostas. Pede para se atentarem ao grupo no WhatsApp.

A palavra é passada ao conselheiro Edson que elogia a obtenção do nível 2 e questiona sobre a digitação das atas de reuniões do conselho a partir desta reunião. Sandra diz que o Instituto vai ceder um servidor para essa demanda e que ocorrerá nos mesmos moldes: elaboração, encaminhamento para correções e adequações necessárias, assinatura e publicação.. É dada a palavra ao André que confirma a informação e passa as orientações de procedimentos que serão mantidos.

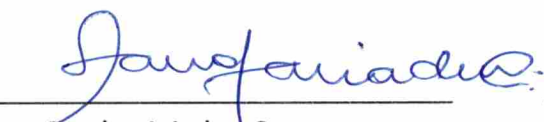
A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 20h27.

Paulínia, 08 de fevereiro de 2021

*Edson*  
*Sandra*  
*André*  
*Edson*  
*Edson*  
*Edson*  
*Edson*  
*Edson*  
*Edson*  
*Edson*





**Sandra Ariadne Casassa**  
Presidente Conselho Administrativo



**Edson Tomaz**  
Conselheiro Administrativo



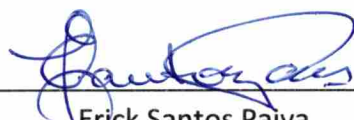
**Fabio Ceconelo**  
Conselheiro Administrativo



**Idu Ribeiro**  
Conselheiro Administrativo



**Nara Moretti**  
Conselheira Administrativa



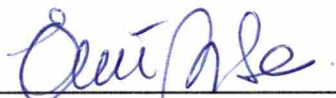
**Erick Santos Paiva**  
Conselheiro Administrativo



**Paulo Henrique dos Santos**  
Conselheiro Administrativo



**Antônia Sirlene Lima**  
Conselheira Administrativa



**Eliete Maria da Silva**  
Conselheira Administrativa

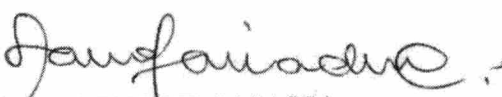
**PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

**DATA: 08/02/2021 às 18:00h**

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA E FECHADA AO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Aprovação das Atas das reuniões extraordinária e ordinária do Conselho Administrativo, realizadas em 18/01/2021 e 25/01/2021, respectivamente;
- 2) Apresentação dos Relatórios Gerenciais Bimestrais, referentes aos quinto e sexto bimestres de 2020;
- 3) Ratificação anual sobre a aprovação da cota de custeio para despesas diversas e de pequena monta;
- 4) Informações sobre a auditoria para a certificação no Nível II do Programa Pró-Gestão;
- 5) Assuntos diversos.

Paulínia, 04 de fevereiro de 2021.



**SANDRA ARIADNE CASASSA**  
Presidente do Conselho Administrativo

---

# **RELATÓRIO GERENCIAL**

**5º e 6º Bimestre – 2020**

Setembro/2020 a Dezembro/2020



---

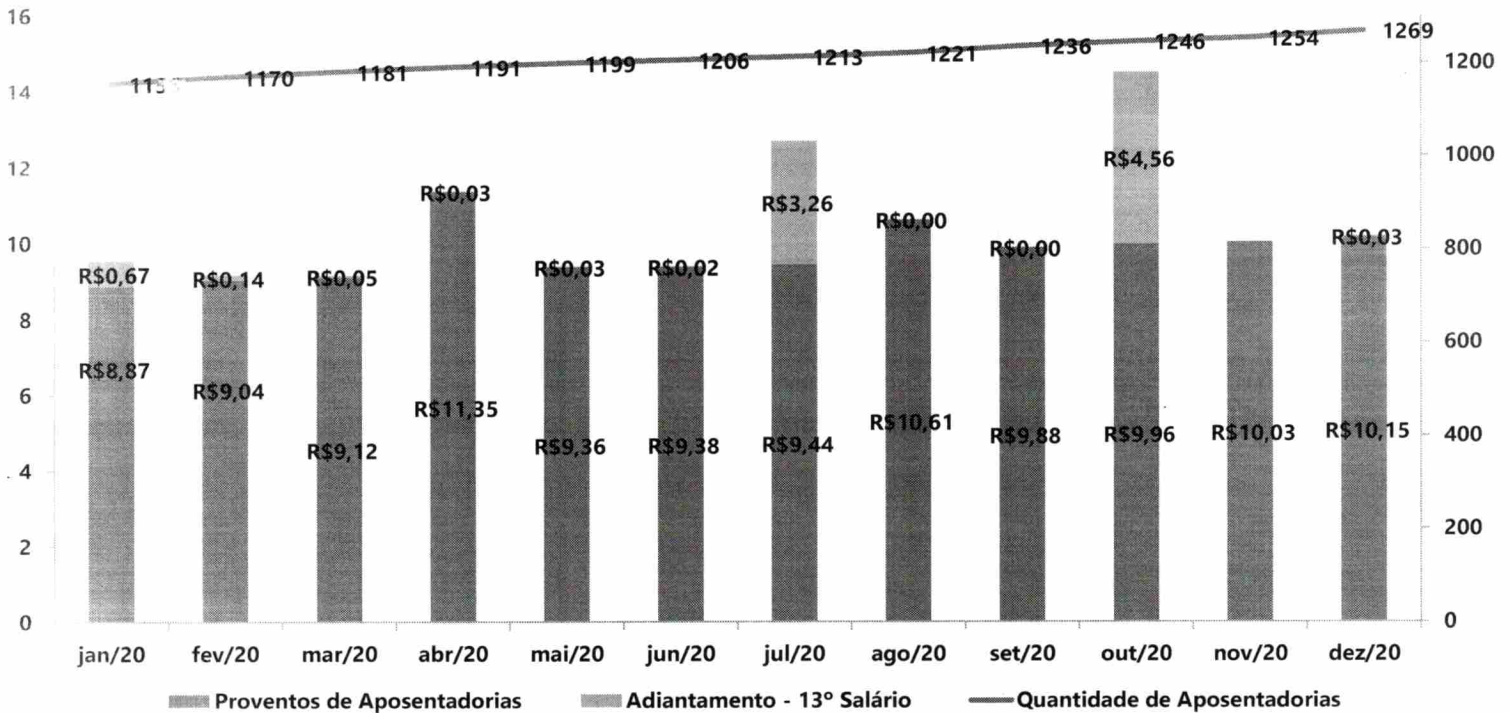
# **Finanças e Orçamento**

---

## DESPEAS

### Folha de Pagamento - Aposentados

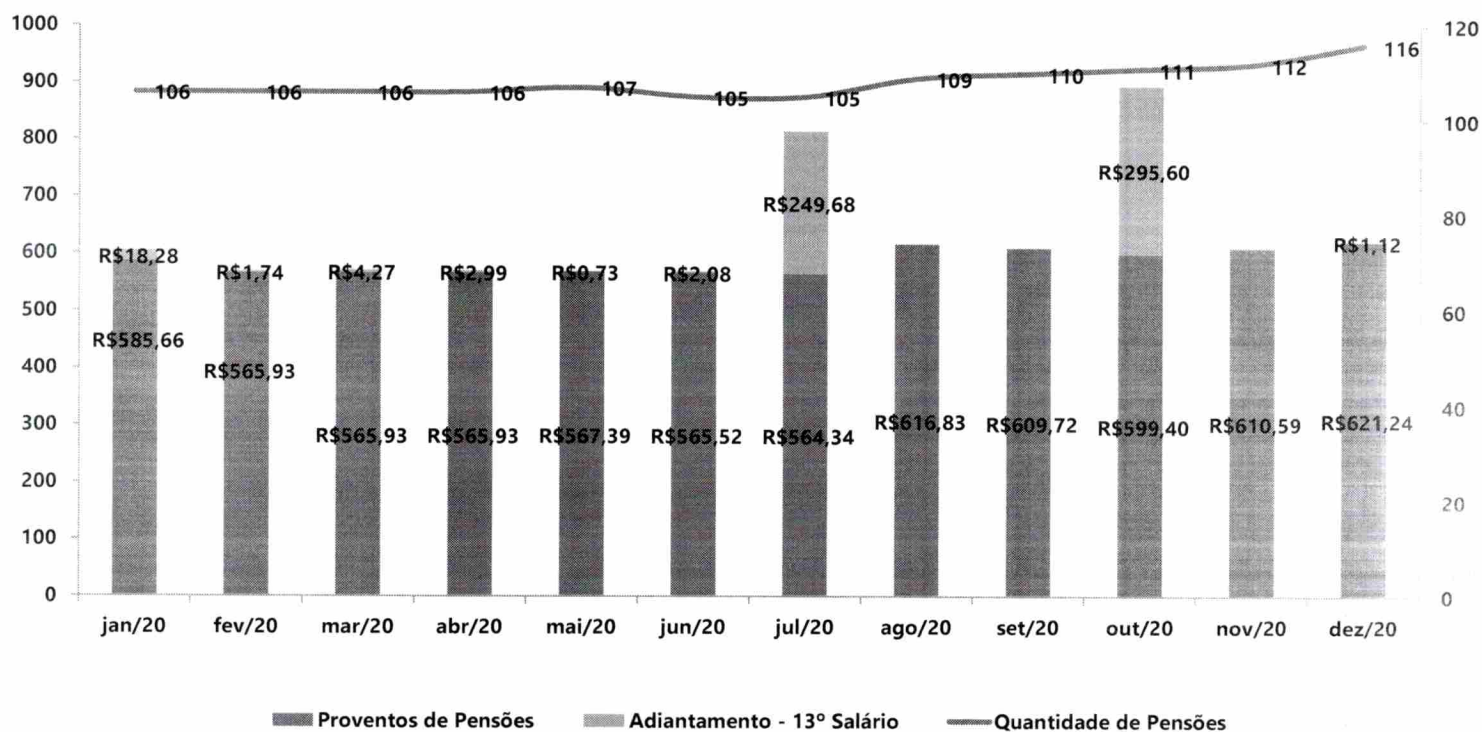
Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ milhões correntes



## DESPESAS

### Folha de Pagamento - Pensionistas

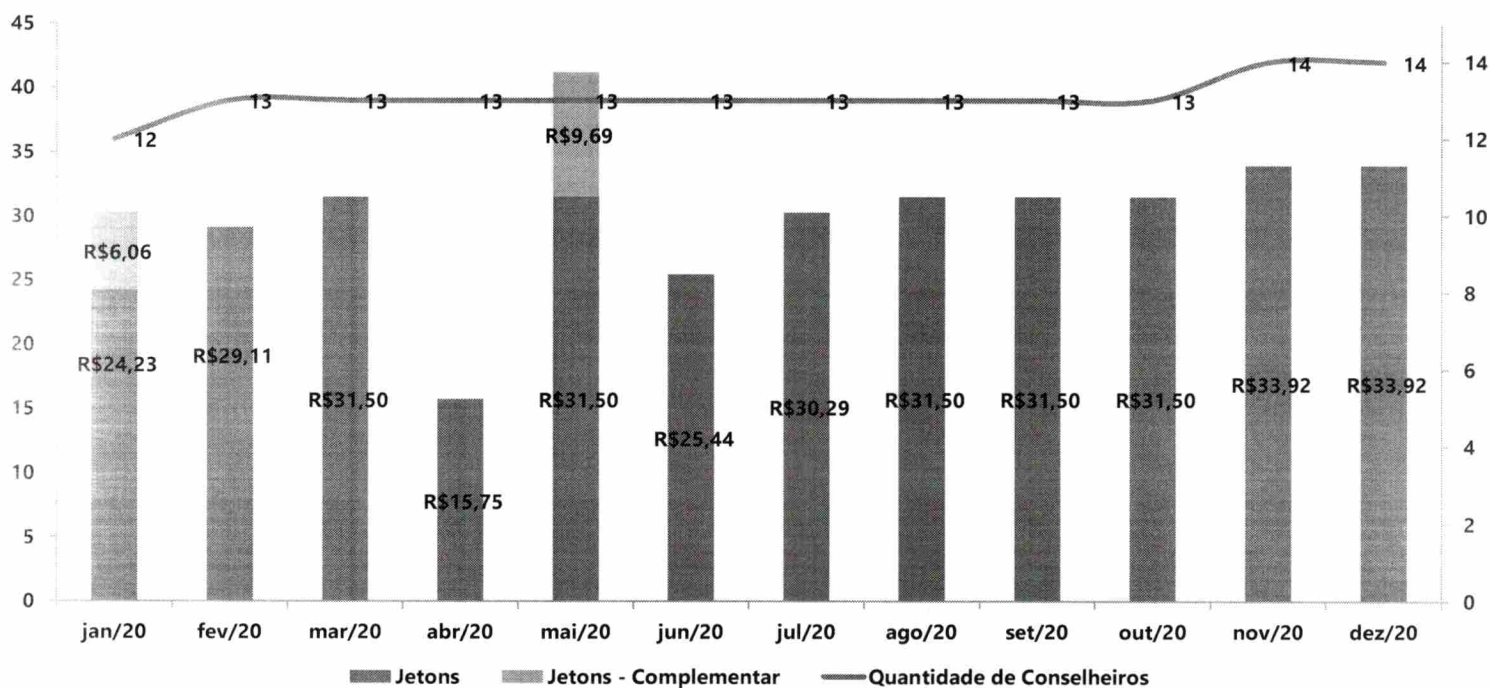
Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



## DESPESAS

### Folha de Pagamento – Conselheiros

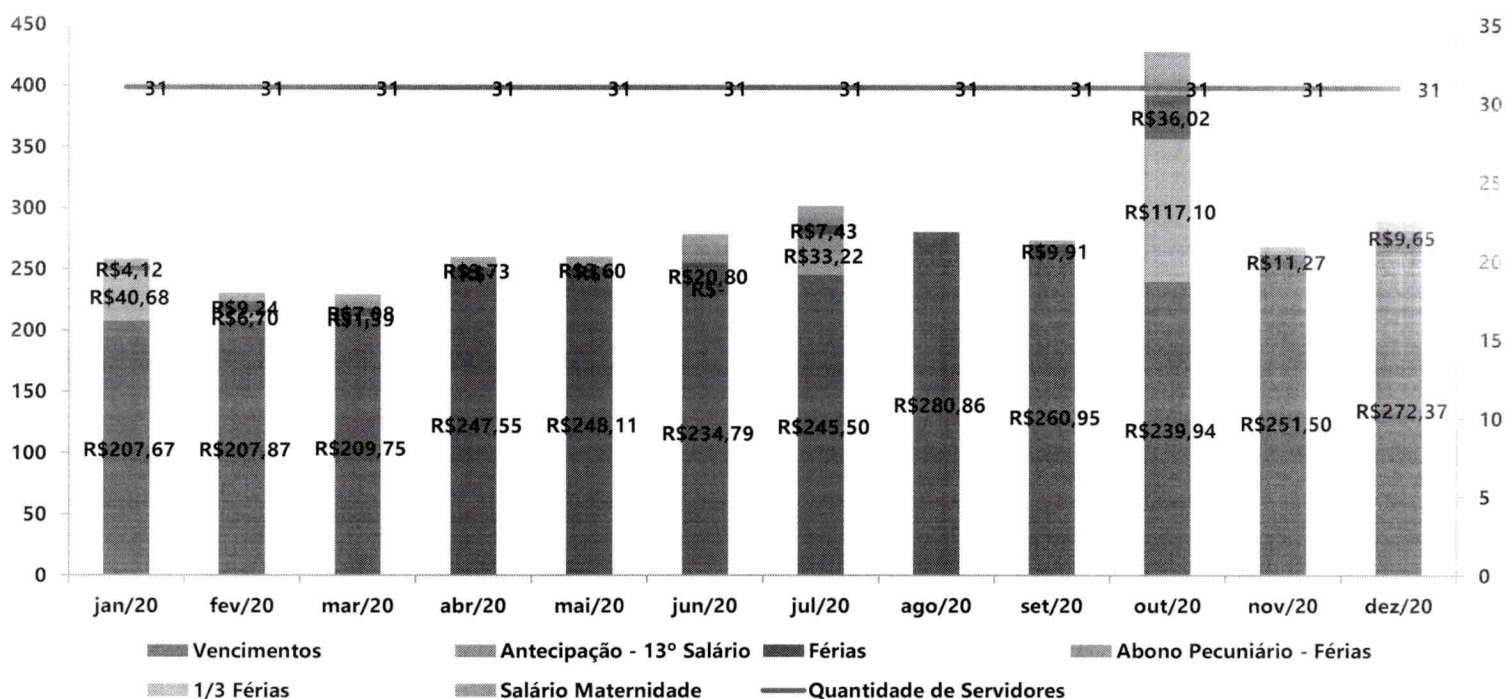
Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



## DESPESAS

### Folha de Pagamento – Servidores Ativos

Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes

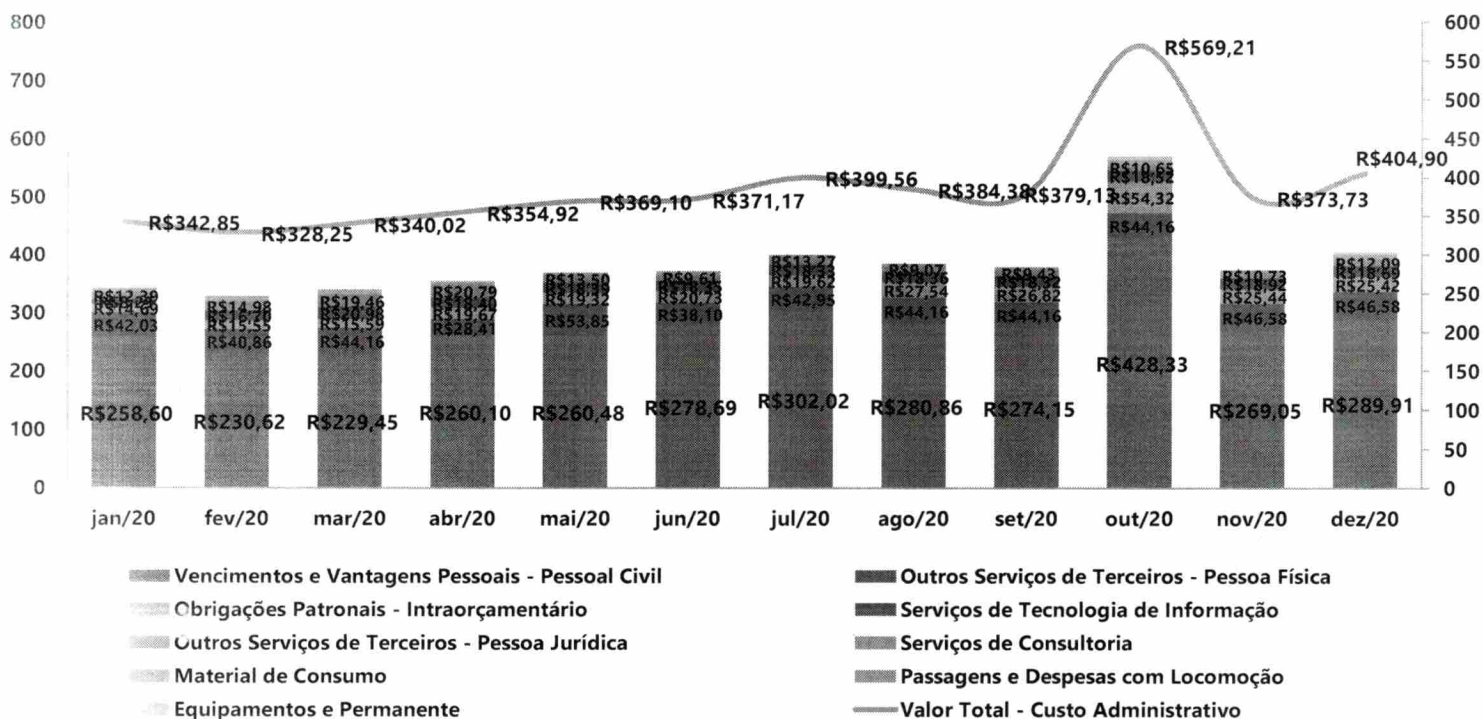




## DESPESAS

### Custo Administrativo

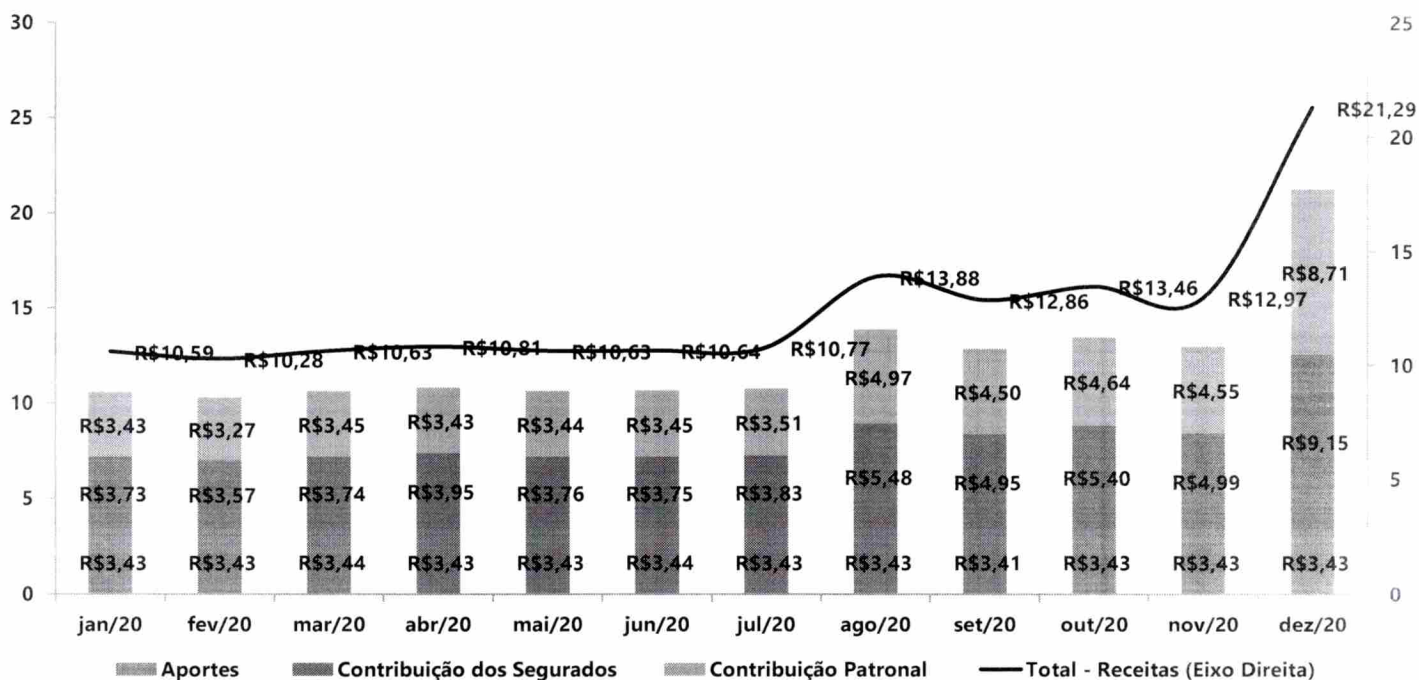
Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



# RECEITAS

## Repasses de Contribuições Previdenciárias

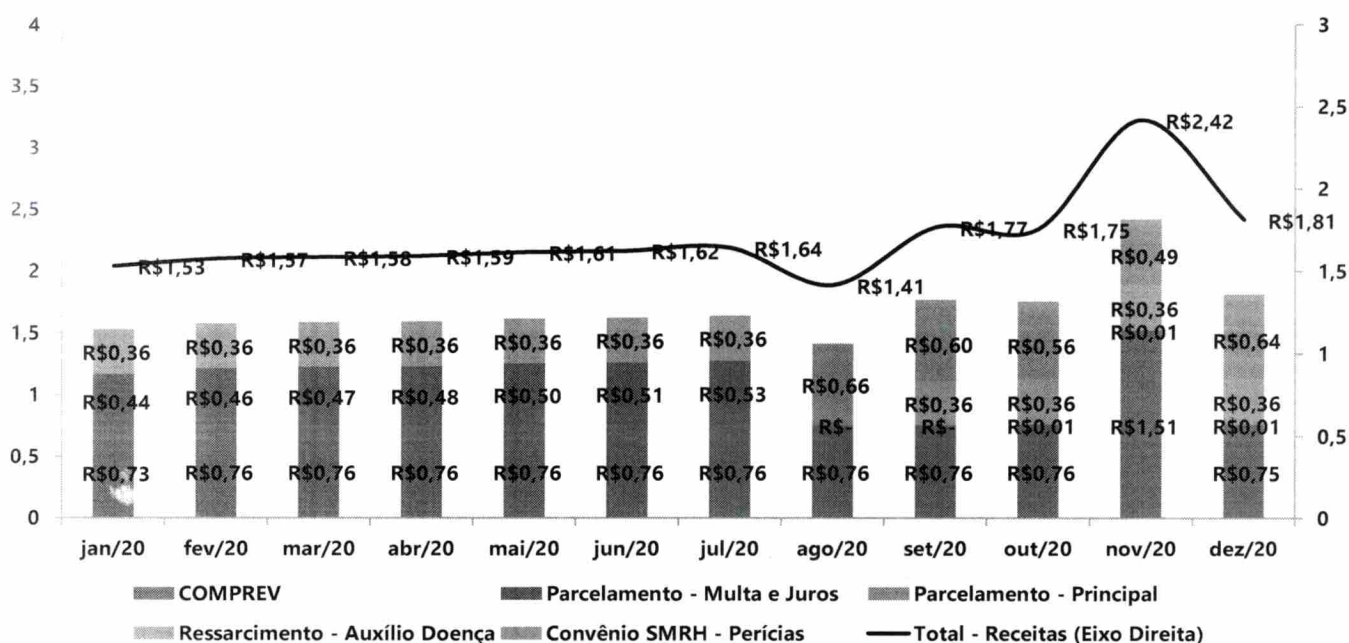
Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ milhões correntes



## RECEITAS

### Compensação Previdenciária e Parcelamento de Débitos Patronais

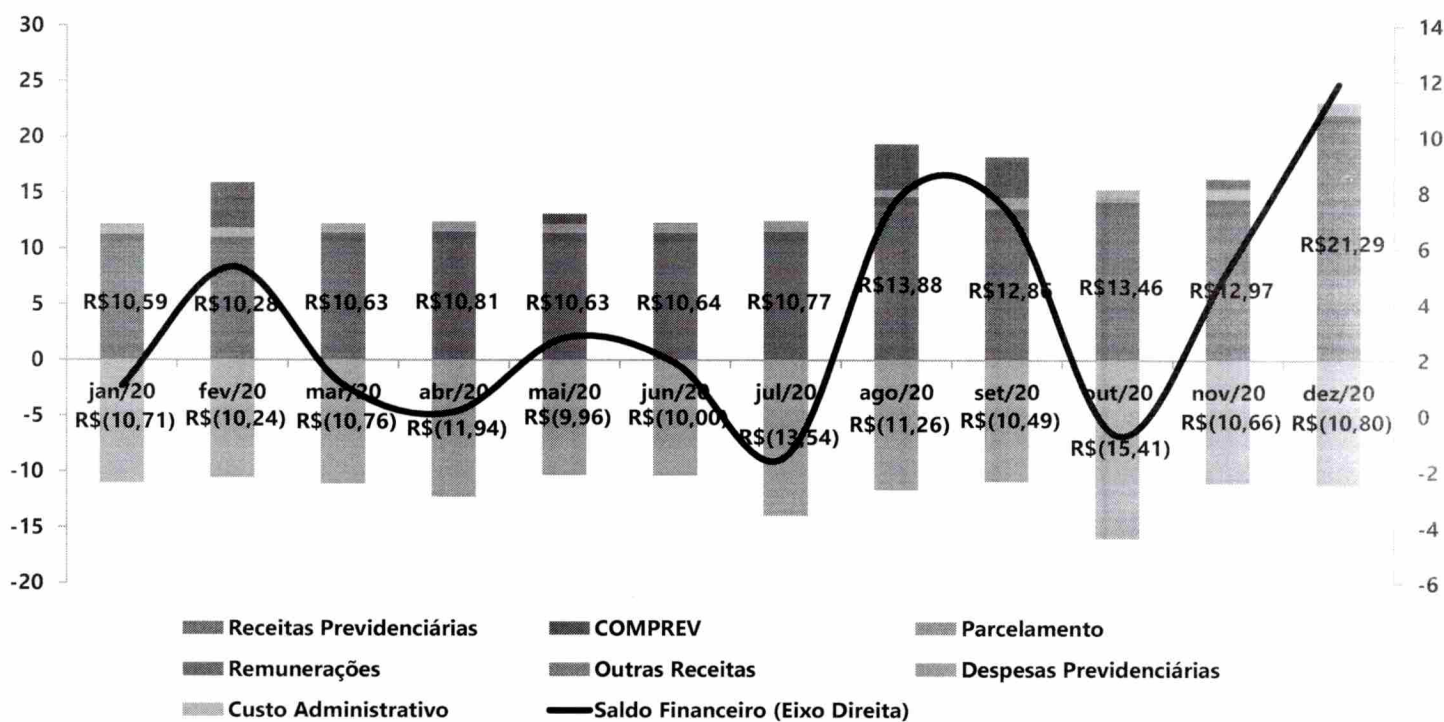
Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ milhões correntes



## SALDO FINANCEIRO

### Relação entre Receitas e Despesas

Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ milhões correntes

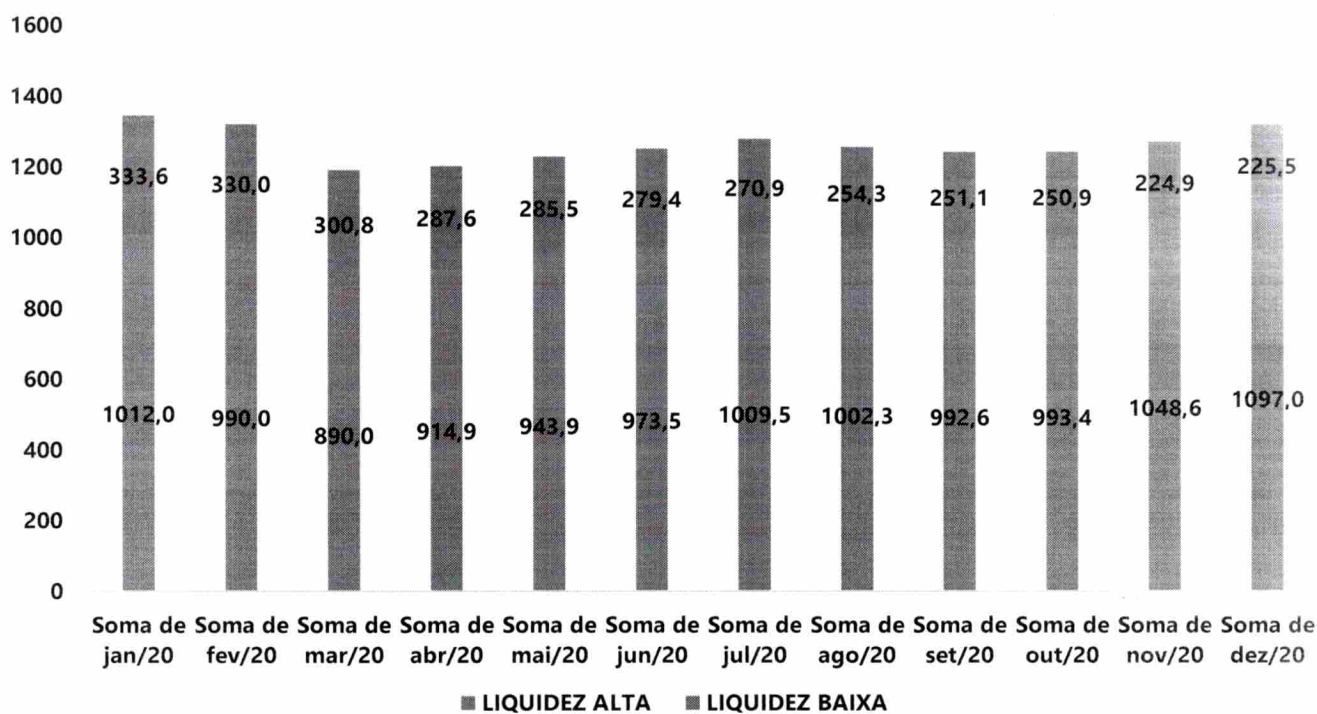


# Investimentos

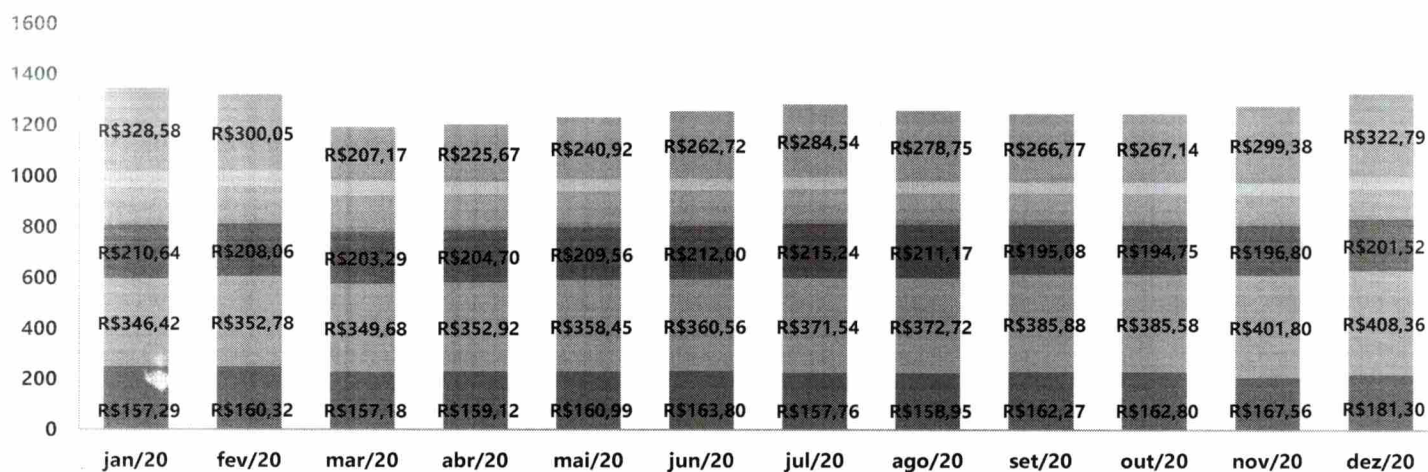
## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Grau de Liquidez

Valores em R\$ milhões correntes



## PATRIMÔNIO LÍQUIDO Enquadramento Legal Valores em R\$ milhões correntes



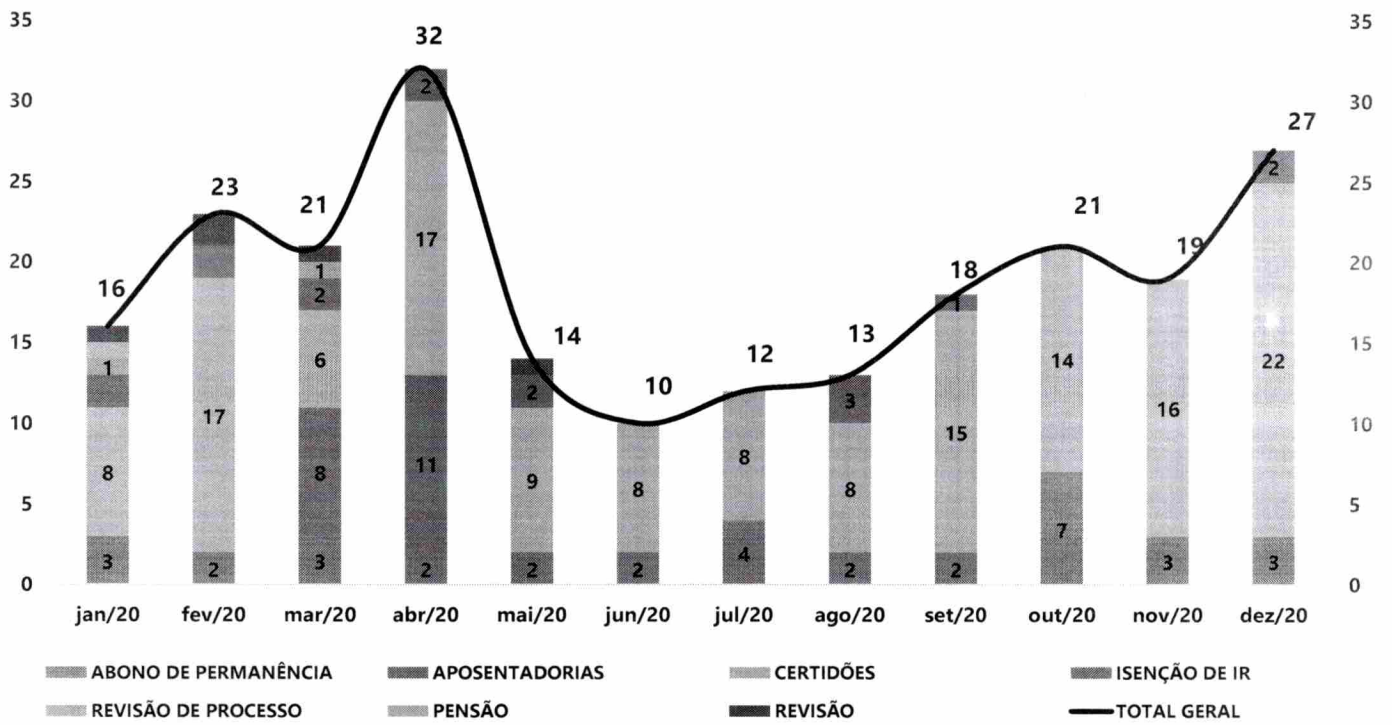
- Renda Fixa Geral
- Fundos Referenciados (100% Títulos Públicos)
- Crédito Privado
- Multimercado
- Fundo de Investimento em Participações
- Renda Fixa
- Títulos do Tesouro Nacional
- Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
- Fundo de Investimento Imobiliário
- Fundos em Ações



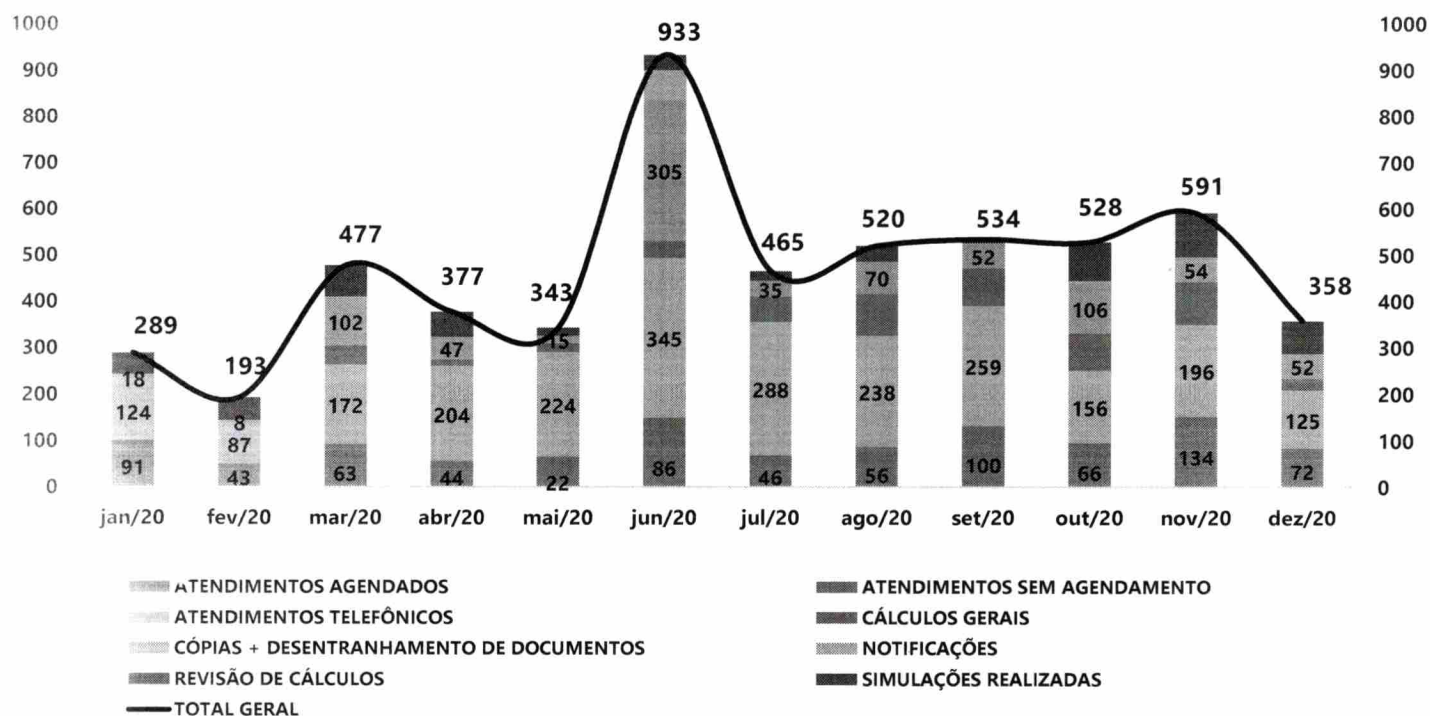


# **Previdência e Perícia Médica**

## PROTOCOLOS Quantidade Realizada

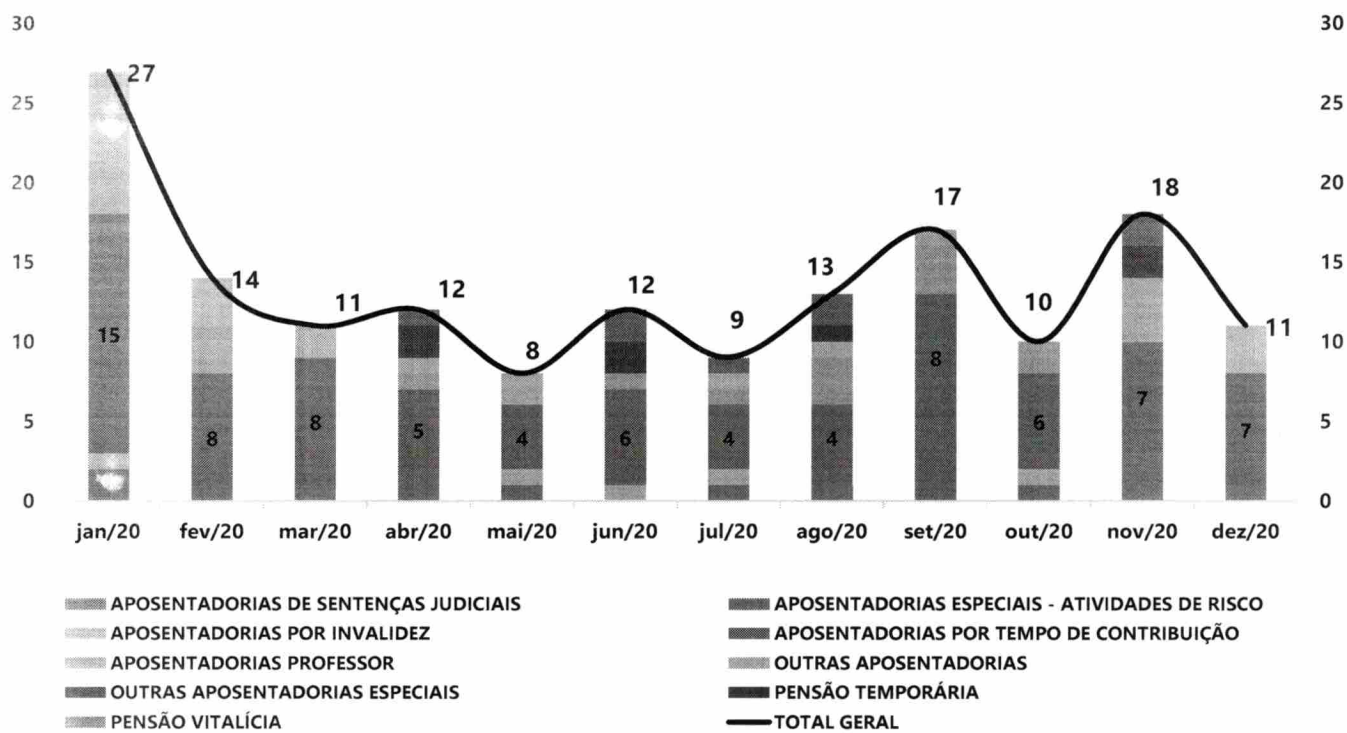


## ATENDIMENTO Quantidade Realizada

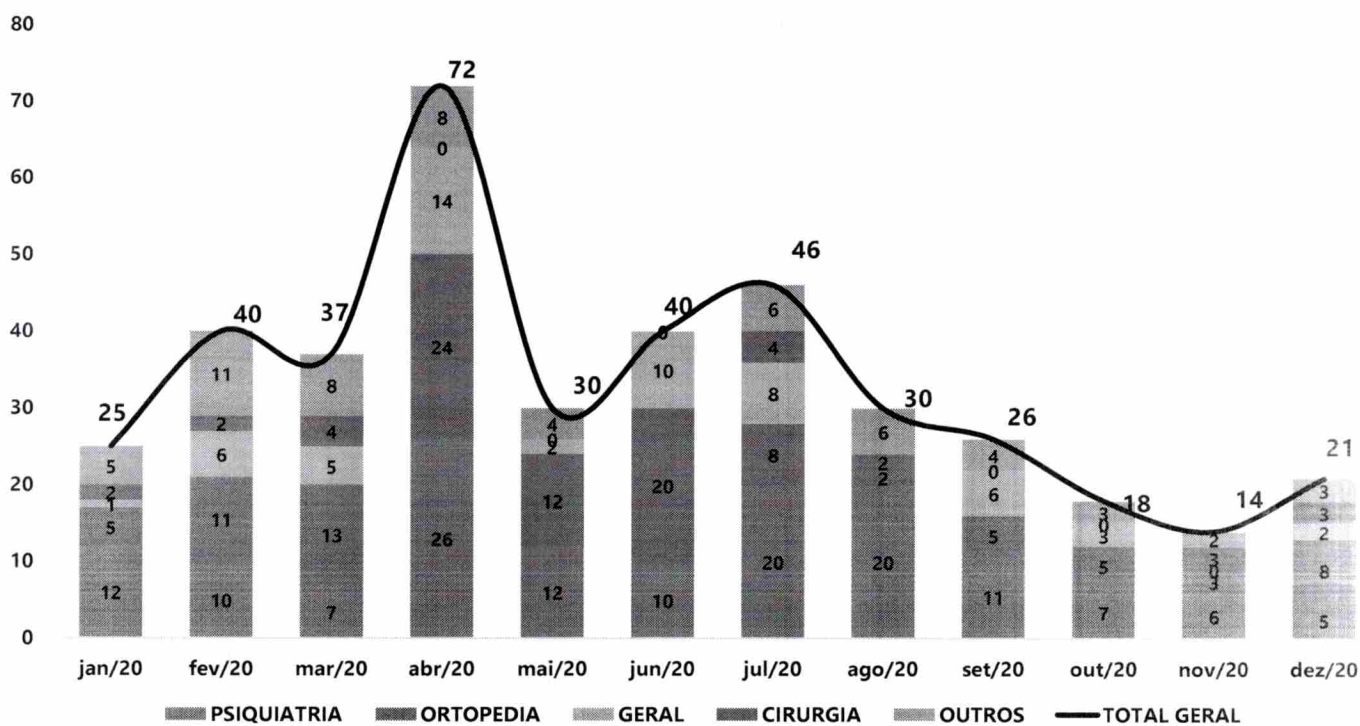




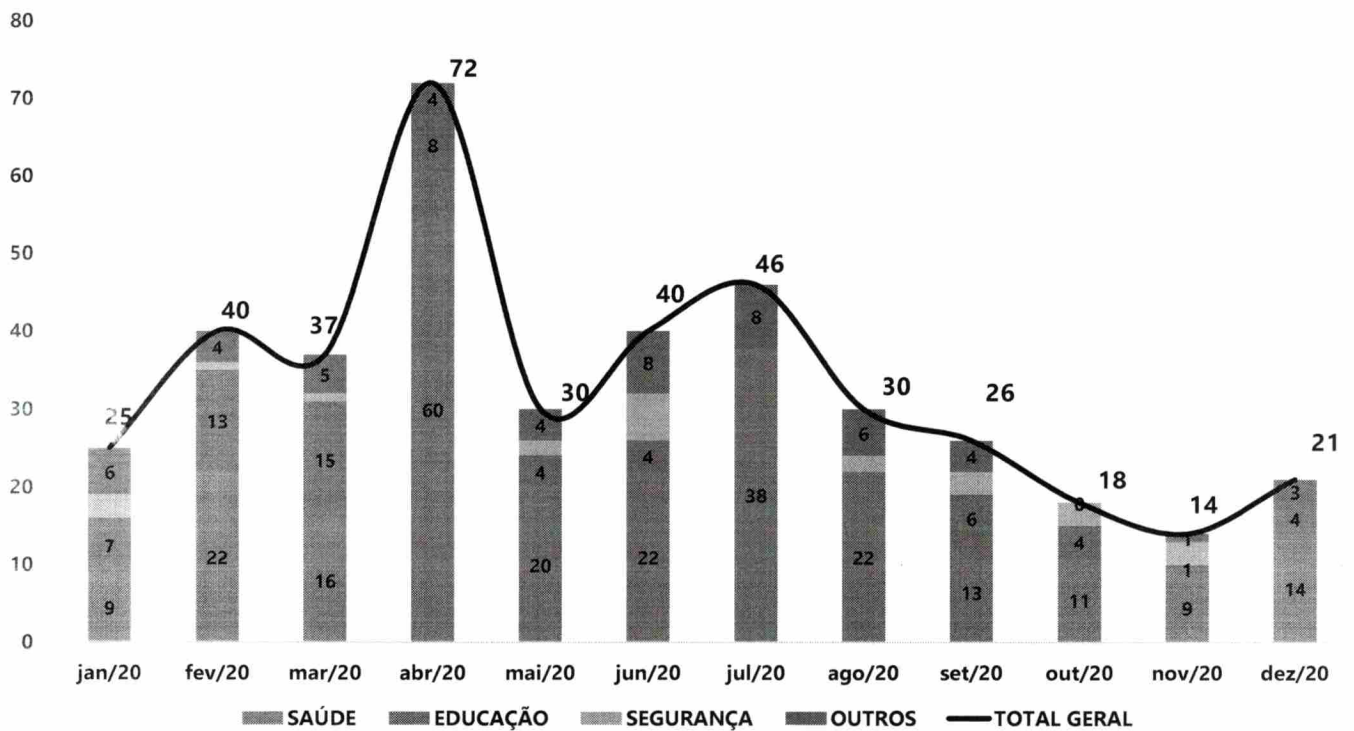
## APOSENTADORIAS E PENSÕES CONCEDIDAS Por Tipo de Benefício



## AUXÍLIO DOENÇA Por Motivo



## AUXÍLIO DOENÇA Por Secretaria

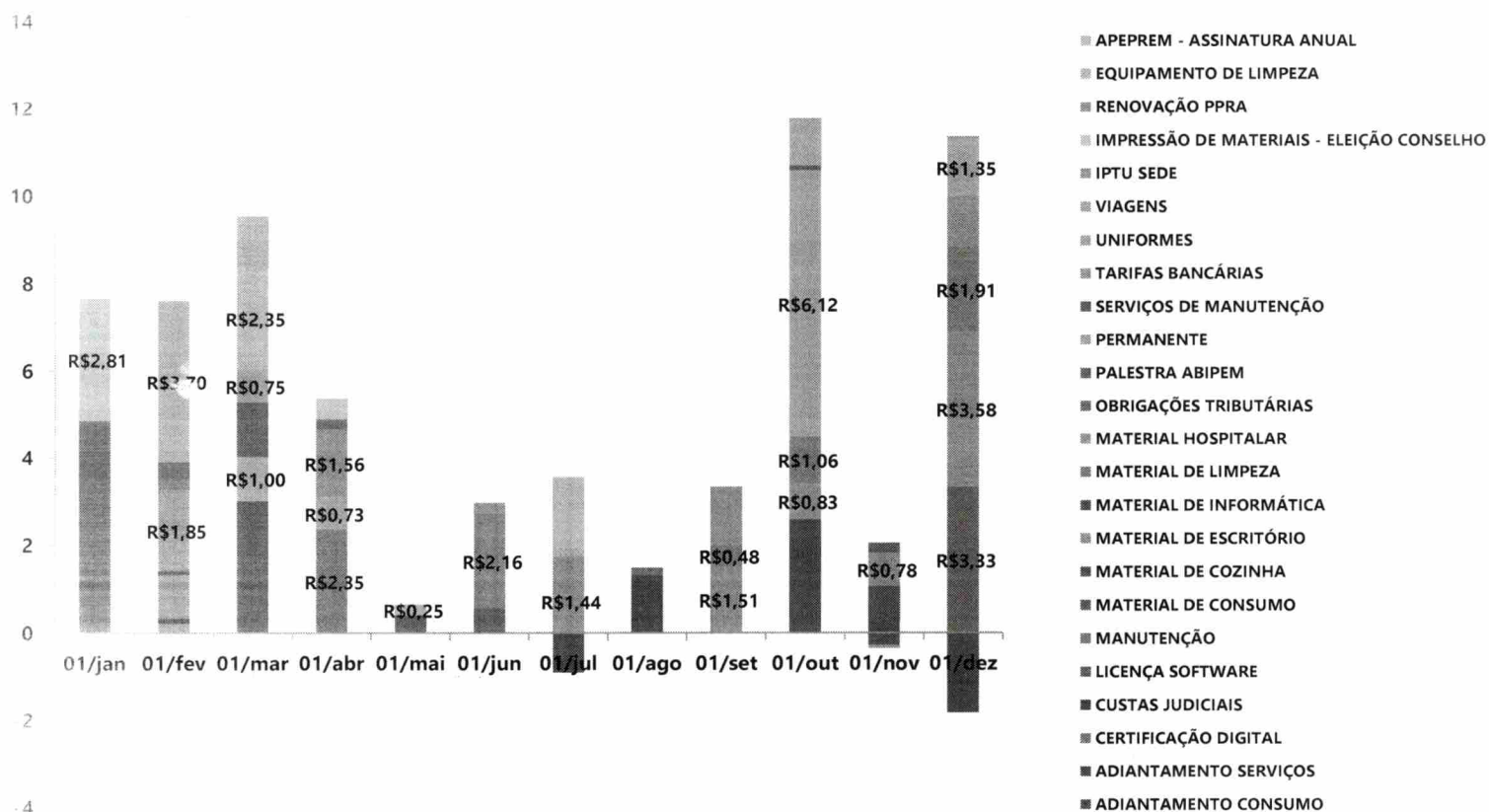


# Administração Geral



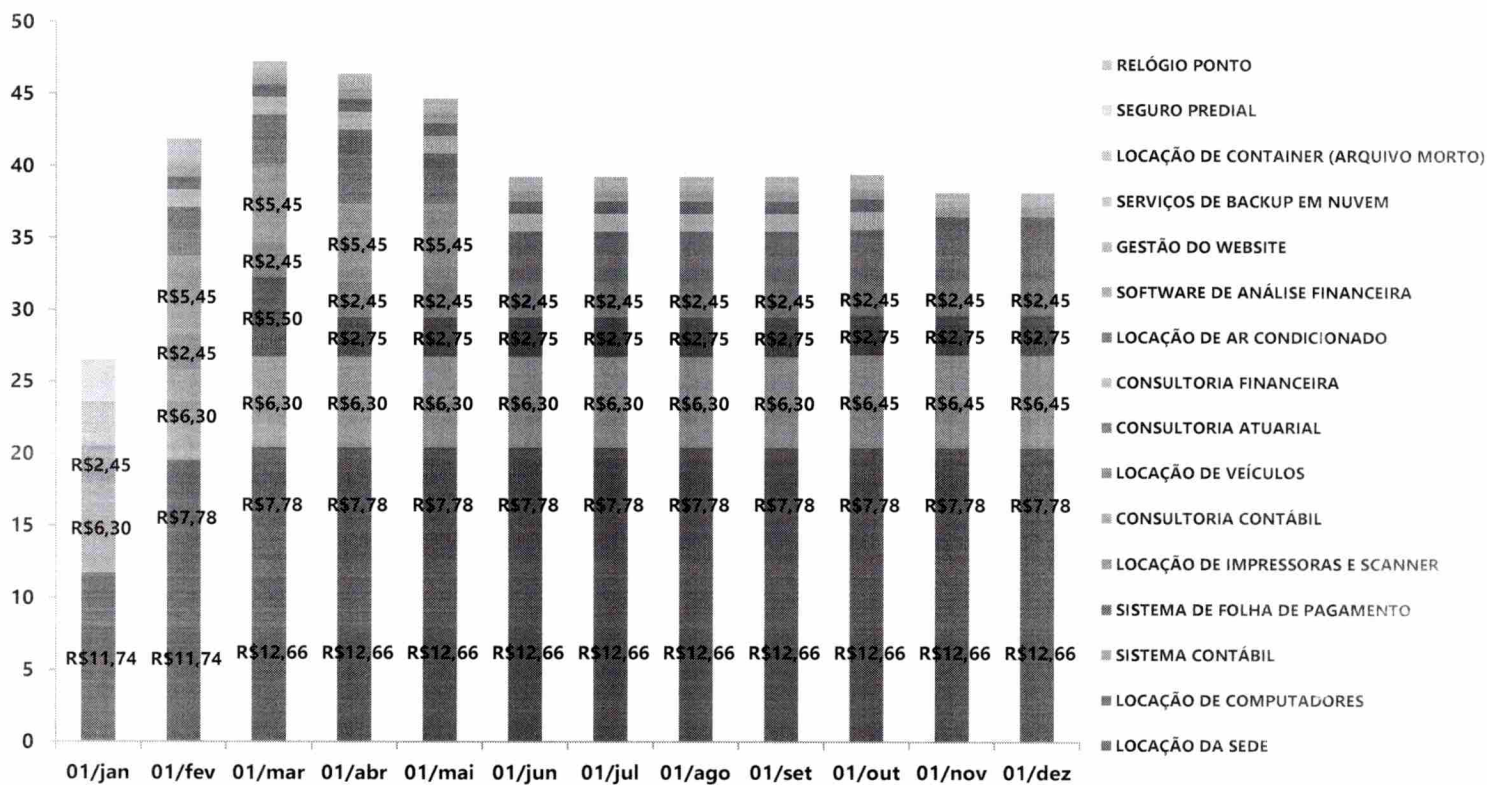
## COMPRAS DIRETAS

Valores em R\$ mil correntes



## CONTRATOS FIXOS

### Valores em R\$ mil correntes





## DESPESAS TOTAIS COM FORNECEDORES

Valores em R\$ mil correntes

